

**AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.139 - PR (2018/0234274-3)**

**VOTO**

**O EXMO. SR. MINISTRO JORGE MUSSI (Relator):** Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão proferida pelo eminente Ministro Felix Fischer, por meio da qual Sua Excelência conheceu parcialmente e, nessa extensão, negou provimento ao recurso especial de **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**.

Preliminarmente, o agravante sustenta que o julgamento singular da irresignação seria ilegal, pois teria privado o colegiado de analisar as teses defensivas, bem como inviabilizado a sustentação oral por seus procuradores, violando os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Como se sabe, o artigo 34, inciso XVIII, alíneas "a" e "b", e o artigo 255, § 4º, incisos I e II, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, permitem que o relator não conheça de recurso ou pedido inadmissível, ou negue provimento ao recurso ou ao pedido contrário a Súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, ou, ainda, a jurisprudência dominante acerca do tema, previsão contida, também, no artigo 932 do Código de Processo Civil.

O entendimento está consolidado no verbete 568 da Súmula deste Sodalício, que preceitua que "*o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema*".

Na espécie, da leitura da decisão agravada, constata-se que a atuação unipessoal do Relator está de acordo com as citadas normas legais, o que impede a anulação do julgamento, como pretendido.

Ademais, é necessário ressaltar que contra o julgamento monocrático de seu recurso especial a defesa do agravante impetrou no Supremo Tribunal Federal o HC n. 165.973/PR, tendo o eminente Relator, Ministro Edson Fachin, negado seguimento ao *writ*, ocasião em que atestou que a decisão monocrática

## *Superior Tribunal de Justiça*

proferida no apelo nobre por ele interposto é legítima, não tendo vulnerado o princípio da colegialidade.

Mostra-se manifestamente improcedente, outrossim, o pleito de intimação dos patronos do recorrente para a sessão de julgamento da presente insurgência, pois de acordo com o artigo 159 do Regimento Interno desta Corte Superior de Justiça "*não haverá sustentação oral no julgamento de agravo, embargos declaratórios, arguição de suspeição e medida cautelar*".

Na mesma esteira, "*o Supremo Tribunal Federal reconhece a validade do julgamento monocrático (em casos de aplicação de jurisprudência dominante) e a constitucionalidade da vedação de sustentação oral no julgamento de agravo regimental*" (HC n. 138413 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 7/3/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-050 DIVULG 15-03-2017 PUBLIC 16-03-2017).

Por meio da petição de fls. 77.362/77.395, a defesa do agravante suscitou questão de ordem, afirmando que os fatos cuja prática lhe foi imputada, se verdadeiros, caracterizariam não apenas delitos contra a administração pública, mas também crimes eleitorais, o que revelaria a incompetência da justiça comum para processá-lo e julgá-lo.

Com efeito, é cediço que, no dia 14.3.2019, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Inq n. 4.435/DF, por maioria de votos, firmou o entendimento de que compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos.

Nesta ação penal, contudo, o recorrente foi condenado porque obteve vantagem indevida consistente no recebimento de um apartamento triplex e nas reformas e melhorias nele realizadas, bem como por haver ocultado e dissimulado a efetiva titularidade do imóvel, obtido com recursos ilícitos.

Tais crimes, por serem comuns e não possuírem natureza eleitoral, foram julgados pela Justiça Federal, circunstância que, por si só, afasta a alegação de incompetência ora suscitada.

Por outro lado, ainda que tais ilícitos estivessem relacionados a alguma

## *Superior Tribunal de Justiça*

infração eleitoral, a pretensão de que fossem todos analisados pela Justiça Eleitoral encontra-se superada.

Isso porque já foi proferida sentença condenatória no presente feito, inclusive confirmada em sede de apelação, inexistindo razões para o envio do processo à Justiça Especializada, onde sequer há procedimento instaurado para apuração de eventual crime eleitoral conexo. Ademais, como é cediço, a reunião de processos sobre objetos conexos, quando cabível, somente encontra espaço em hipóteses nas quais os procedimentos se encontram em fases compatíveis, o que, definitivamente, não é o caso.

A propósito, o artigo 82 do Código de Processo Penal preceitua que, *"se, não obstante a conexão ou a continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade com jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante outros juízos, salvo se já estiverem com sentença definitiva"* (Grifei). Importante salientar que ao se referir a *"sentença definitiva"* a lei quer dizer *"sentença de mérito ou recorrível, e não a "sentença transitada em julgado"*.

Esse, aliás, é o ensinamento que se extrai da doutrina, *ipsis litteris*:

*"Sentença definitiva: é a decisão de mérito, que comporta apelação, pois encerrou, em primeiro grau, o litígio. Não se deve ver nessa expressão a sentença com trânsito em julgado."* (NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal comentado. 16ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 287*)

Na mesma esteira é o que se depreende do verbete 235 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, que dispõe que *"a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado"*.

Com efeito, se um dos processos já foi sentenciado, não há mais razão para a sua análise conjunta, pois os objetivos da conexão, quais sejam, maior eficácia probatória e evitar julgamentos conflituosos, não poderão mais ser atingidos.

Portanto, mesmo que se estivesse diante da prática de algum crime eleitoral, como hipoteticamente sustenta a defesa, não seria possível a remessa da presente ação penal à Justiça Eleitoral.

## *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, o reconhecimento da existência ou não de conexão demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, procedimento incompatível com os limites cognitivos do recurso especial.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. OFENSA AO JUIZ NATURAL. PLEITO DE AFASTAMENTO DA CONEXÃO. IMPOSSIBILIDADE. VINCULAÇÃO RECONHECIDA COM BASE EM PROVAS OBTIDAS DURANTE AS INVESTIGAÇÕES. REEXAME PROBATÓRIO VEDADO NA VIA ELEITA. (...) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

**1. A tese recursal no sentido de inexistir a conexão reconhecida, no caso, exigiria a inversão do entendimento das instâncias ordinárias para afirmar os fatos apurados são completamente distintos, o que também não pode ser aferido no espectro de cognição do recurso especial, por demandar a análise do conteúdo fático-probatório dos autos.**

(...)

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1404678/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 15/03/2019)

No mesmo diapasão:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONEXÃO ENTRE AÇÕES PENAIS. VERIFICAÇÃO. REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

**1. Para se concluir de forma diversa do entendimento do Tribunal de origem quanto à ocorrência de conexão entre ações penais, seria inevitável o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.**

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1125120/MA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/09/2017, DJe 22/09/2017)

Igualmente, para alterar a classificação jurídica dada aos fatos imputados ao recorrente pelas instâncias de origem, a fim de que sejam enquadrados como crimes eleitorais ao invés de corrupção passiva ou lavagem de dinheiro, seria necessário profundo ingresso nos elementos probatórios encartados nos autos, o que é vedado na via eleita, nos termos do enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

# Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMENDATIO LIBELLI NO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA NOS CASOS EXCEPCIONAIS EM QUE ESTA CORTE SUPERIOR A ADMITE. DESCLASSIFICAÇÃO.*

*SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. [...]*

*3. A denúncia apresentada atende aos requisitos descritos no art. 41 do CPP. **A desclassificação da conduta para o crime de falsidade material de atestado ou certidão demandaria o reexame do contexto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial pelo disposto na Súmula n. 7 do STJ.***

*4. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 1268233/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019)*

Além disso, as instâncias de origem – soberanas na apreciação de matéria fático-probatória – não se manifestaram sobre o assunto, que foi suscitado diretamente perante esta Corte Superior, o que inviabiliza o seu conhecimento, seja por se tratar de inovação processual, seja pela falta de prequestionamento.

Nesse norte:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INDEFERIMENTO LIMINAR. EXAME DO MÉRITO DO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REGRA TÉCNICA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*(...)*

*3. "A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, no recurso especial, mesmo as questões de ordem pública necessitam ser debatidas na instância ordinária, para caracterização do prequestionamento" (EDcl nos EREsp 784.146/AP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 30/4/2015).*

*4. No caso em exame, o acórdão embargado concluiu pela impossibilidade de se analisar o mérito do recurso especial, no ponto, em razão da incidência da Súmula 211/STJ. Tal situação impede, por si só, o conhecimento da presente via de impugnação, uma vez que não se admite a oposição de embargos de divergência na hipótese de não ter sido analisado o mérito do recurso especial.*

*5. A jurisprudência deste Tribunal consolidou-se no sentido de que são inadmissíveis os embargos de divergência quando discutem a aplicação de regra técnica de conhecimento de recurso especial.*

*6. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg nos EREsp 1472191/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/2019, DJe 21/03/2019)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

A jurisprudência dos Tribunais Superiores é firme quanto à impossibilidade de enfrentamento da tese de incompetência absoluta quando a matéria não tiver sido discutida pelo Tribunal de origem, máxime quando a análise pretendida depender de substancial incursão em tema de índole fático-probatório.

Sobre o assunto, colhe-se o seguinte julgado deste Sodalício:

*PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...) INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*(...)*

**3. A Corte local não se manifestou sobre a suscitada incompetência da Justiça Federal, a despeito da oposição de embargos declaratórios pela defesa. Ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula n. 211 do STJ.**

**4. Agravo regimental não provido.**

*(AgRg no AREsp 360.825/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016)*

No mesmo sentido já decidiu a Suprema Corte:

**EMENTA: CONSTITUCIONAL. PENAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, LV. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. PREQUESTIONAMENTO. C.F., ARTS. 142, § 3º, VI, E 42, § 1º. I. - O acórdão recorrido não cuidou das questões constitucionais invocadas no RE. Ausente o necessário prequestionamento, incidem as Súmulas 282 e 356-STF. II. - **Alegação de nulidade absoluta: exame inviável, dado que tal matéria não foi prequestionada no acórdão recorrido.** III. - Alegação de ofensa à Constituição que, se ocorrente, seria indireta, reflexa, o que não autoriza a admissão do recurso extraordinário. IV. - R.E. inadmitido. Agravo não provido.**

*(AI 393589 AgR, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 29/10/2002, DJ 29-11-2002 PP-00038 EMENT VOL-02093-09 PP-01815)*

Superadas as questões preliminares, passa-se ao exame de mérito do recurso.

Em seu recurso especial, interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, o recorrente sustenta que o aresto impugnado violou diversos dispositivos legais, a seguir especificados.

**1. CONDENAÇÃO INJUSTA - NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ARTIGO 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

A alegada ofensa ao artigo 155 do Código de Processo Penal não foi alvo de deliberação pela Corte Federal no julgamento da apelação e nos sucessivos embargos de declaração opostos pelo recorrente, o que impede o exame da insurgência no ponto, ante a ausência de prequestionamento da matéria, nos termos dos enunciados 211 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça e 282 do Pretório Excelso.

Ademais, tratando-se de édito repressivo confirmado em segundo grau de jurisdição, e não tendo a defesa demonstrado como a motivação contida na sentença condenatória seria inidônea ou violaria o dispositivo processual penal em tela, o que também não foi feito quanto ao acórdão recorrido, incide o óbice contido no verbete 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, pelo qual "*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

**2. JUÍZO DE EXCEÇÃO - NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTIGOS 69, 70 E 76 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, 5º, INCISOS XXXVII E LIII, E 109 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

Este Tribunal Superior, no julgamento do CC n. 145.705/DF, consignou que "*nos casos dos processos decorrentes da chamada 'Operação Lavajato', há estreito liame tanto intersubjetivo quanto instrumental*", advertindo que "*a conexão para o processamento dos feitos decorrentes da 'Operação Lavajato' foi fixada na 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná; estendeu-se ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região e perdura no Supremo Tribunal Federal*", não havendo "*razão para que não seja reconhecida no âmbito deste Sodalício*".

Tal entendimento tem-se mantido em diversos julgados relativos à

referida operação, a exemplo do AgRg no HC n. 339.340/PR e do RHC n. 62.385/PR, nos quais se concluiu que a multiplicidade de ações, com imputações separadas, não afasta a existência de conexão, desde que constatados os requisitos de interligação entre os sujeitos e as organizações envolvidas, além da vinculação probatória.

Inviável, portanto, o reconhecimento da existência de um juízo de exceção, uma vez que a competência do Juízo processante já foi firmada por esta Corte Superior em diversos precedentes, sendo certo, outrossim, que eventual ausência de conexão probatória ou instrumental entre os crimes apurados na presente ação penal e os demais praticados em detrimento da PETROBRAS não pode ser aferida sem que se revolva o acervo fático-probatório.

**3. SUSPEIÇÃO DO JUIZ - NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTIGOS 254, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, 145, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 8.1 DA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E 14.1 DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS.**

Na hipótese em apreço, a defesa do recorrente opôs diversas exceções de suspeição na origem, cujas decisões foram alvo de deliberação por este Superior Tribunal de Justiça em agravos interpostos contra a inadmissão dos recursos especiais, a exemplo dos **AREsp n. 1.097.624/RS**, **AREsp n. 1.102.139/PR**, **AREsp n. 1.105.620/RS** e **AREsp n. 1.142.929/PR**, tendo o eminente Ministro Relator consignado, em todos eles, que a análise da suposta parcialidade do juízo demandaria o reexame de fatos, atraindo o óbice contido no verbete 7 da Súmula deste Sodalício.

**4. SUSPEIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTIGOS 258 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E 54.1, ALÍNEA "A", DO ESTATUTO DE ROMA, INCORPORADO AO DIREITO PÁTRIO PELO DECRETO N. 4.388/2002.**

Não há como reconhecer a suspeição dos representantes do Ministério Público que atuaram no processo, pois o órgão acusatório é parte na ação penal, dele não se exigindo postura neutra e isenta. Inexiste, outrossim, qualquer fato concreto e objetivo ocorrido no trâmite da presente ação penal que demonstre



"perseguição política" ou tratamento desigual ao ora recorrente, motivo pelo qual não se pode cogitar da parcialidade dos membros da Procuradoria da República que integram a Força Tarefa da Operação Lava Jato.

Em arremate, tal como consignado no tópico relativo à alegação de parcialidade do Magistrado singular, observa-se que a ofensa aos dispositivos legais em exame foi analisada na origem com base em fatos e provas, razão pela qual a alteração do que decidido no acórdão impugnado encontra óbice no disposto no enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

## **5. AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE A ACUSAÇÃO E A CONDENAÇÃO - VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 383 E 384 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Como se sabe, o princípio da correlação representa no sistema processual penal uma das mais importantes garantias ao acusado, porquanto descreve balizas para a prolação do édito repressivo, ao dispor que deve haver precisa correspondência entre o fato imputado ao réu e a sua responsabilidade penal.

Na espécie, não obstante conste da denúncia que o recorrente praticou os crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro porque recursos provenientes de três contratos específicos firmados pela PETROBRAS com a OAS foram-lhe destinados na forma de vantagem indevida mediante a **propriedade** e a reforma de um apartamento triplex, o certo é que o Ministério Público esclareceu que se tratava de **propriedade de fato**, tanto que a ausência de transferência formal do bem constituiu uma das formas de lavagem do capital decorrente da prática ilícita.

E, ao proferir o édito repressivo, o Magistrado singular se ateve à descrição contida na exordial, advertindo que *"não se está aqui a discutir a titularidade formal do imóvel ou questões de Direito Civil, mas sim crime de corrupção e lavagem de dinheiro, este último pressupondo condutas de dissimulação e ocultação"*, acrescentando que *"o imóvel, segundo a matrícula nº 104801 (...) encontra-se em nome da OAS Empreendimentos, tendo sido, porém solicitado a José Adelmário Pinheiro Filho a ocultação da titularidade de fato, que era do ex-Presidente, e que o imóvel permanecesse em nome da OAS"* (e-STJ fls.

70.488/70.489).

Por sua vez, a Corte Federal assentou que "*nenhuma pertinência reside, portanto, na tentativa de se associar o crime de lavagem de ativos à comprovação de transferência de titularidade, pois o bem jurídico tutela exatamente a sua ocultação ou dissimulação*", havendo "*na tese, clara incompatibilidade lógica com pluralidade de condutas e objetos da norma incriminadora*" (e-STJ fls. 73.036/73.037).

Portanto, sob qualquer ângulo que se examine a questão, não se extrai qualquer alteração da tese acusatória pelo Juízo Federal e pelo Tribunal de origem, não havendo que se falar, assim, em ofensa ao princípio da correlação.

Nesta esteira orienta-se a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. VALIDADE. CORRELAÇÃO ENTRE A DENÚNCIA E A SENTENÇA. (...)*

*(...)*

*3. Não se cogita da falta de correlação entre a denúncia e a sentença que condenou o réu pela conduta típica de "expor a venda", mesmo tendo constado da exordial que o fato era de o réu "ter em depósito e venda", pois a descrição fática é igual, tendo apenas sido usados termos sinônimos.*

*(...)*

*9. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg nos EDcl no AREsp 967.396/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 28/05/2018)*

## **6. VIOLAÇÃO À AMPLA DEFESA - NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTIGOS 158, 400 E 402 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Como se sabe, embora o acusado, no processo penal, tenha o direito à produção da prova necessária a dar embasamento à tese defensiva, ao magistrado é facultado o indeferimento motivado das providências que julgar protelatórias, irrelevantes ou impertinentes, devendo a sua imprescindibilidade ser devidamente justificada pela parte.

# Superior Tribunal de Justiça

Da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que o indeferimento de parte das provas requeridas pela defesa foi sobejamente fundamentado, tendo-se explicitado, à exaustão, as justificativas para a negativa de parte dos pedidos formulados, não havendo que se falar, assim, em ofensa aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

Aliás, é imperioso ressaltar que o eminente Relator, Ministro Felix Fischer, ao apreciar o HC n. 390.433/PR, o HC n. 398.577/PR e o HC n. 398.589/PR, todos impetrados em favor do ora recorrente, afastou a existência de ilegalidade em diversos dos provimentos judiciais ora questionados, o que reforça a ausência de qualquer mácula apta a contaminar o processo em apreço.

Ademais, para se concluir que as providências em questão seriam indispensáveis para a comprovação das teses defensivas, seria necessário o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada no recurso especial, consoante o óbice contido no enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
(...) CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO DEMONSTRADO.  
SÚMULA 7/STJ. (...) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*(...)*

*2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, em regra, salvo situação excepcionalíssima, não se acolhe alegação de nulidade por cerceamento de defesa, em função do indeferimento de diligência requerida pela defesa, porquanto o magistrado é o destinatário final da prova, logo, compete a ele, de maneira fundamentada e com base no arcabouço probatório produzido, analisar a pertinência, relevância e necessidade da realização da atividade probatória pleiteada.*

*Incidência da Súmula 7/STJ.*

*(...)*

*9. Agravo Regimental desprovido.*

*(AgRg no AREsp 1259749/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 30/05/2018)*

## **7. SUSTENTAÇÃO ORAL NO TRIBUNAL DE ORIGEM - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 7º, INCISO X, DA LEI N. 8.906/1994.**

Os fundamentos utilizados para justificar os prazos de sustentação oral conferidos às partes não foram impugnados pela defesa nas razões do presente

recurso especial, do qual, por essa razão, não se deve conhecer no ponto.

Mesmo que superado este óbice, é certo que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que não há nulidade quando o tempo de sustentação oral está de acordo com as normas regimentais pertinentes, circunstância que corrobora a inexistência de ilegalidade no procedimento adotado pela Corte regional.

Nesse norte:

*HABEAS CORPUS. ARTS. 288, CAPUT, 304 (16 VEZES) E 344, TODOS DO CÓDIGO PENAL, 1º, II, DO DECRETO-LEI N. 201/1967 E 90 DA LEI N. 8.666/1993 (16 VEZES). AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. CORRÉU COM ADVOGADOS DIVERSOS. PRAZO DE 15 MINUTOS DESTINADO À SUSTENTAÇÃO ORAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.*

*1. O direito à sustentação oral constitui prerrogativa de essencial importância, cuja frustração afeta o princípio constitucional da amplitude de defesa.*

*2. Arguição de cerceamento do direito à sustentação oral afastada, porquanto, havendo pluralidade de réus com vários advogados, é possível a distribuição do tempo previsto no art. 12 da Lei n. 8.038/1990. Acordou-se, consoante as normas do regimento interno, o prazo de 15 minutos para sustentação oral de cada causídico, tempo razoável para o exercício da defesa. Precedentes desta Corte. [...]*

*(HC 364.512/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 06/02/2017)*

## **8. CERCEAMENTO DE DEFESA - VIOLAÇÃO AO ARTIGO N. 231 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Conquanto o artigo 231 do Código de Processo Penal preceitue que, "*salvo os casos expressos em lei, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo*", o magistrado pode indeferir a medida, desde que justificadamente.

Nesse sentido:

*RECURSO ESPECIAL. QUADRILHA, ESTELIONATO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. JUNTADA DE DOCUMENTO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. (...).*

*I - Segundo entendimento assente desta Corte, é facultado às partes a juntada de documentos em qualquer fase processual. Entretanto, o seu indeferimento pelo órgão julgador é admissível desde que evidente sua irrelevância. (Precedentes).*

# Superior Tribunal de Justiça

(...)

Recurso desprovido.

(REsp 1101620/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2010, DJe 29/03/2010)

No caso, embora a instância de origem tenha considerado preclusa a juntada de documentos após o prazo para a oposição dos aclaratórios, apreciou o conteúdo de cada um deles, concluindo que não seriam hábeis a desconstituir o édito repressivo, não havendo que se falar, assim, em ofensa ao artigo 231 da Lei Penal Adjetiva.

A propósito:

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. ALEGADA NULIDADE PELO DESENTRANHAMENTO DE LAUDO PRODUZIDO PELA DEFESA. APONTADA VIOLAÇÃO AO ART. 231 DO CPP. INOCORRÊNCIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO PROBATÓRIO. VEDAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

**1. "O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o preceito contido no art. 231 do CPP, firmou entendimento de que é facultada às partes a juntada de documentos em qualquer fase processual, admitindo-se, entretanto, o indeferimento pelo órgão julgador na hipótese de os documentos apresentados terem caráter meramente protelatório ou tumultuário" (HC 151.267/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 25/05/2010, DJe 14/06/2010).**

**2. Por outro vértice, a desconstituição do entendimento firmado pelo Tribunal de piso diante de suposta contrariedade a lei federal, buscando a absolvição, não encontra campo na via eleita, dada a necessidade de revolvimento do material probante, procedimento de análise exclusivo das instâncias ordinárias - soberanas no exame do conjunto fático-probatório -, e vedado ao Superior Tribunal de Justiça, a teor da Súmula 7/STJ.**

**3. Agravo regimental não provido.**

*(AgRg no AREsp 13.573/RS, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2013, DJe 23/10/2013)*

Em arremate, para alterar tal entendimento e concluir que a documentação em tela comprovaria a inocência do recorrente, seria necessário revolver o conjunto fático-probatório, o que não é permitido em recurso especial, nos termos do verbete 7 da Súmula deste Sodalício.

## **9. NOVO INTERROGATÓRIO - VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 196 E 616 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

## *Superior Tribunal de Justiça*

Como se sabe, no julgamento das apelações criminais, o Código de Processo Penal prevê, no artigo 616, a possibilidade de novo interrogatório do réu, de reinquirição de testemunhas e de realização de outras diligências.

Esta Corte Superior de Justiça consolidou o entendimento de que o Tribunal, diante do conjunto probatório já produzido, tem a **faculdade** de determinar ou não a realização de novas diligências, sendo imprópria a implementação de nova instrução processual no segundo grau de jurisdição.

A propósito:

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR CONTRA VÍTIMA MENOS DE 14 ANOS DE IDADE. (...) VIOLAÇÃO DO ART. 616 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. (...)*

*(...)*

*4. De acordo com entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o artigo 616 do Código de Processo Penal, há faculdade, e não obrigação, do tribunal de segundo grau determinar ou não o reinterrogatório do acusado ou a reinquirição da vítima ou de testemunhas, diante do conjunto probatório produzido.*

*(...)*

*6. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no REsp 1418746/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 02/06/2015)*

Com idêntica orientação, merece menção o seguinte precedente do Pretório Excelso:

*Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO. CP, ART. 157, § 2º, I E II. REQUERIMENTO DE NOVO INTERROGATÓRIO E OITIVA DE NOVA TESTEMUNHA EM SEDE DE APELAÇÃO. ARGUIÇÃO DE NULIDADE POR DESCUMPRIMENTO DO ART. 616, CPP. CERCEAMENTO DE DEFESA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO-CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. (...) 2. **O interrogatório do acusado e a oitiva de testemunha no juízo de apelação, na forma do art. 616 do CPP, são diligências que se encartam no Poder do Tribunal, por isso que a rejeição das mesmas não enseja nulidade do julgamento quando o órgão a quo entende desnecessárias novas provas.** (Precedentes: RHC 91.405/SC, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJe 24/10/2008); e HC 92181/MG, Rel. Ministro JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, DJe 01/08/2008). (...) 6. *In casu*, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente o indeferimento do pleito formulado pela defesa, que não logrou demonstrar o prejuízo a ela causado a justificar a anulação do julgado. 7. Parecer do parquet pela*

*denegação da ordem. Ordem denegada.*

*(HC 100487, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 11/10/2011, DJe-216 DIVULG 11-11-2011 PUBLIC 14-11-2011 EMENT VOL-02625-01 PP-00014)*

No caso dos autos, não se vislumbra qualquer ilegalidade na decisão impugnada pois, além de considerar desnecessário o novo interrogatório do recorrente para o esclarecimento dos fatos, o colegiado demonstrou que os argumentos utilizados pela defesa para justificar o refazimento do ato não são plausíveis, estando-se diante de mero inconformismo da parte com a negativa de sua pretensão de ser novamente ouvido sobre fatos a respeito dos quais já foi interrogado.

**10. DESPREZO ÀS PROVAS DE INOCÊNCIA - VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E 1.022 E 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.**

Da análise dos acórdãos impugnados, conclui-se que não há qualquer mácula a ser corrigida, uma vez que a Corte Federal apreciou cada um dos defeitos suscitados pela defesa, estando-se diante de mera irresignação com o resultado do julgamento, o que não dá ensejo à oposição dos aclaratórios e revela a inexistência de ofensa aos aludidos dispositivos legais.

**11. CONDENAÇÃO FUNDADA EM DECLARAÇÕES DO CORRÉU - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 4º, § 16, DA LEI N. 12.850/2013.**

A defesa sustenta que a leitura do acórdão impugnado evidencia que o depoimento do corréu LÉO PINHEIRO, ex-Presidente da OAS, foi o argumento central do decreto condenatório, inexistindo qualquer outro elemento de prova, seja oral ou documental, que confirme o seu teor, em ofensa ao disposto no § 16 do artigo 4º da Lei n.12.850/2013.

Ocorre que a Corte Federal afastou a incidência do preceito legal, visto que não houve a celebração de acordo de colaboração, advertindo que o édito repressivo se encontra lastreado em outras provas, e salientando que, "*de toda maneira, os seus depoimentos devem ser lidos com o mesmo cuidado, sendo indispensável o exame dos demais elementos de prova para que seja, ou não, dada*

*credibilidade*" (e-STJ fl. 72894).

Verifica-se, assim, que a argumentação do recurso especial está dissociada das razões apresentadas pelo Tribunal de origem, que afirmou que as normas contidas na Lei n. 12.850/2013 não se aplicariam às declarações prestadas pelo corréu JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO por não haver celebrado acordo de delação premiada, fundamento esse que não foi impugnado pelo recorrente, que insistiu na tese de impossibilidade de condenação lastreada exclusivamente na palavra de corréu delator.

Dessa forma, sendo patente a deficiência na fundamentação do apelo nobre no ponto, mostra-se inviável a sua análise por este Sodalício, ante o óbice contido no enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, que prescreve que "*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

Ademais, ao julgar o recurso de apelação, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região justificou a existência de provas suficientes de autoria e materialidade em desfavor do recorrente principalmente na prova documental, cujo conteúdo foi corroborado e confirmado pelos depoimentos dos demais acusados e pelas declarações das testemunhas de acusação e de defesa colhidos no curso da instrução processual.

Diante desse panorama fático-processual, é indubitoso que, para se afastar as conclusões a que chegaram as instâncias de origem, seria indispensável o revolvimento do conjunto probatório amealhado durante a instrução processual, o que não se admite em recurso especial, consoante o óbice contido no enunciado 7 da Súmula desta Corte Superior de Justiça.

## **12. CORRUPÇÃO VIRTUAL E *BIS IN IDEM* - VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 317 DO CÓDIGO PENAL E 1º DA LEI N. 9.613/1998.**

### **12.1. CORRUPÇÃO PASSIVA.**

O crime de corrupção passiva se consuma com a solicitação ou o recebimento de vantagem indevida pelo agente em decorrência do cargo ou função, o que pode ocorrer antes ou depois da assunção desses últimos, dispensando-se,



## *Superior Tribunal de Justiça*

assim, a efetiva prática, retardo ou omissão de ato de ofício pelo corrupto, que, se verificada, configura causa de aumento de pena.

Esse entendimento foi firmado pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento da Apn n. 470/DF, no qual, a despeito das divergências de alguns dos integrantes do colegiado, assentou-se que, para a configuração do crime de corrupção passiva, não se exige a existência de um ato de ofício específico, bastando uma vinculação causal entre as vantagens indevidas e as atribuições formais do agente público.

Idêntica compreensão é retirada dos precedentes mais recentes do Pretório Excelso, inclusive nos casos relativos à Operação Lava Jato, a exemplo do Inq n. 4.506, relator p/ acórdão: Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 17/4/2018, do Inq n. 3.980, relator Min. Edson Fachin, Segunda Turma, julgado em 6/3/2018; e do Inq n. 4.141, relator Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 12/12/2017.

Igualmente, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se em que o delito tipificado no artigo 317 do Estatuto Repressivo possui natureza formal, configurando-se ainda que não haja a indicação precisa do ato de ofício. Nesse sentido: RHC n. 48.400/RJ, rel. Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, julgado em 17/3/2015; e REsp n. 1.354.672/DF, rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 12/8/2014, DJe 25/8/2014.

Dispensa-se, ainda, que o agente detenha competência funcional específica para a prática do ato de ofício, consoante já decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Inq n. 3.980, relator Min. Edson Fachin, Segunda Turma, julgado em 6/3/2018.

No caso dos autos, ao manter a condenação do recorrente pelo crime de corrupção passiva, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região consignou que "*o tipo penal, diversamente da prevaricação, dispensa a ocorrência de ato de ofício, exigindo-se somente a solicitação/recebimento de vantagem indevida em decorrência do cargo ou função*", tratando-se de "*crime formal que se concretiza com a solicitação ou o recebimento da benesse, de modo que a prática efetiva de ato de ofício não consubstancia elementar do tipo penal, mas somente causa de*

*aumento de pena (§ 1º do art. 317, CP)" - e-STJ fl. 72.899.*

*Apontou que "a existência de desvio de valores da Petrobras, por meio de licitações fraudadas e contratações dirigidas, é fato inequívoco, inclusive em relação à destinação de parte dos valores para financiar o Partido dos Trabalhadores ou cobrir despesas anteriores", sendo que a "atuação do apelante LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA decorreu do amplo apoio que deu para o funcionamento deste sistema ilícito de captação de recursos, com a interferência direta na nomeação de dirigentes da estatal, os quais deveriam obter recursos em favor dos partidos aliados e, mais especificamente, ao Partido dos Trabalhadores" (e-STJ fl. 72.913).*

Verifica-se, portanto, que os fatos imputados ao recorrente e considerados devidamente comprovados pelas instâncias de origem não apenas se amoldam ao tipo do artigo 317 do Código Penal, como também se alinham à interpretação conferida à aludida norma penal incriminadora pelos Tribunais Superiores, o que afasta a ilegalidade aventada nas razões recursais.

Diante desse cenário fático-processual, afigura-se improcedente a tese em apreço, que, para ser reconhecida, demandaria a desconstituição das conclusões exaradas pelo togado sentenciante e pela Corte Federal, procedimento que, como já afirmado, esbarra no óbice contido no enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

## **12.2. LAVAGEM DE DINHEIRO.**

Da leitura do acórdão recorrido, constata-se que, ao contrário do que sustentado nas razões recursais, o Tribunal Regional Federal não condenou o recorrente duas vezes pelos mesmos fatos, pois demonstrou, à saciedade, a autonomia entre os crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, indicando que as condutas de ocultação foram posteriores ou se estenderam após a consumação dos últimos atos configuradores do tipo do artigo 317 do Código Penal.

Com efeito, a instância de origem explicitou a ausência de relação de dependência ou de subordinação entre o crime de corrupção passiva e o de lavagem de dinheiro, frisando que esse último, além de cometido em contexto fático

## *Superior Tribunal de Justiça*

diverso, estendeu-se por considerável período de tempo após a prática do primeiro, o que afasta a incidência do princípio da consunção.

Nesse sentido colhe-se recente julgado desta Quinta Turma, em processo também oriundo da Operação Lava Jato:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO HABEAS CORPUS. UTILIZAÇÃO. SUCEDÂNEO DE RECURSO PRÓPRIO. CORRUPÇÃO PASSIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO. CONSUNÇÃO. NÃO CONFIGURADA. CONCURSO FORMAL. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. NECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*(...)*

*III - A consunção consiste em um dos princípios adotados para resolução do conflito aparente de normas, o qual, na dicção da Doutrina, tem aplicação nas seguintes hipóteses: "a) quando um crime é meio necessário ou normal fase de preparação ou de execução de outro crime; b) nos casos de antefato e pós-fato impuníveis." (GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Vol. I. Impetus. Rio de Janeiro. 17ª ed. 2015. p. 78).*

*IV - No caso em mesa, a autonomia de cada delito foi devidamente fundamentada, de modo que, a partir do conjunto probatório produzido nos autos, restou afastada a possibilidade de absorção do delito de lavagem de dinheiro pelo crime de corrupção passiva.*

*V - Não há como se conceber que, a partir da valoração jurídica dos fatos e das provas produzidas, seja possível reconhecer a almejada consunção o entre os delitos, notadamente porque, conforme exaustivamente fundamentado pelas instâncias ordinárias, não foi o "mero recebimento indireto de valores" que configurou o crime de lavagem de dinheiro, mas sim a entrega da propina "por meio de esquema criado especificamente para ocultar a origem dos valores".*

*(...)*

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no AgRg no HC 450.501/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018)*

Ademais, para modificar essa conclusão e reconhecer a almejada absorção entre os referidos ilícitos seria necessário reexaminar as provas já analisadas e valoradas pelo Juízo competente, o que não se admite em sede de recurso especial, por força do verbete 7 da Súmula deste Sodalício.

Com efeito, consoante entendimento afirmado em recente julgamento do Supremo Tribunal Federal, "a *higidez normativa do concurso de infrações entre os crimes de corrupção passiva e lavagem de bens desafia a avaliação particular de um determinado caso concreto, notadamente, à luz das provas produzidas, acerca da autonomia fenomênica das condutas objeto de apuração em Juízo*", sendo

indispensável, pois, “a avaliação detida do desenrolar da ação tida como delituosa para o fim de se aferir se a conduta concretamente considerada desborda, ou não, do juízo de reprovabilidade estabelecido pelo legislador na cominação de sanção penal ao crime antecedente” (HC 165.036/PR, Relator Ministro EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 9/4/2019).

Igualmente, não há que se falar na dispensa, pela Corte Federal, da comprovação da origem ilícita dos valores empregados para beneficiar o recorrente, pois, a par de haver atestado expressamente que decorreram de desvios de recursos públicos no âmbito da PETROBRAS, sabe-se que dinheiro é um bem fungível, de modo que não se pode exigir a existência de provas de que as benesses por ele recebidas teriam sido custeadas com verbas oriundas **diretamente** dos cofres da estatal.

Finalmente, a ausência de transferência da propriedade do imóvel ou mesmo da assunção de sua posse pelo recorrente, antes de afastar a configuração do tipo do artigo 1º da Lei n. 9.613/1998, comprova a sua ocorrência, pois atesta a intenção de ocultar o seu real destinatário, conforme consignado pelas instâncias de origem.

Verifica-se, assim, que, sob o pretexto de haver violação a dispositivo de lei, o recorrente busca o revolvimento dos fatos e das provas já sopesados tanto no édito repressivo quanto no acórdão que o manteve para que seja absolvido do delito de lavagem de dinheiro, o que não dá ensejo à interposição de recurso especial, nos termos do enunciado 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.

### **13. DOSIMETRIA DA PENA - VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 59 E 60 DO CÓDIGO PENAL.**

#### **1.13.1. PENA-BASE.**

Ao dosar a reprimenda em relação ao delito de corrupção passiva, o Tribunal de origem valorou negativamente os vetores da culpabilidade, dos motivos, das circunstâncias e das consequências do crime e, em razão disso, fixou a pena-base em 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

A culpabilidade, entendida como o juízo de reprovabilidade da conduta,

foi elevada. Isso porque, o delito foi perpetrado em um sofisticado esquema de fraude, envolvendo enorme soma em dinheiro. O próprio exercício do cargo de Presidente da República para manter a perpetuação do ilícito já caracteriza maior reprovação na conduta praticada, como já decidiu esta Corte Superior:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FRAUDE À LICITAÇÃO E DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS. RECONHECIMENTO DE BIS IN IDEM OU APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ESPECIALIDADE OU DA CONSUNÇÃO ENTRE ESSES CRIMES. INVIABILIDADE. CONDUTAS DIVERSAS E DELITOS DISTINTOS E AUTÔNOMOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO COM BASE NA LIDERANÇA EXERCIDA PELO AGRAVANTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA O INCREMENTO. SOMATÓRIO DAS PENAS DE RECLUSÃO E DE DETENÇÃO PARA O ESTABELECIMENTO DO REGIME PRISIONAL E PARA O EXAME DOS REQUISITOS PARA A SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS. POSSIBILIDADE. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*[...]*

***5. No caso, as penas-base foram exasperadas em virtude da liderança exercida pelo agravante, atuando como Chefe do Poder Executivo local, com efetivo controle sobre todas as ações do grupo criminoso, circunstâncias que denotam culpabilidade mais intensa e não elementares dos delitos, revelando-se idôneo e proporcional os incrementos realizados. Precedentes em hipóteses análogas.***

*[...] (AgRg no HC 448.057/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 18/12/2018)*

Os motivos, de igual sorte, transcendem os naturais ao tipo. Isso porque o intuito não foi o de simplesmente aferir proveito financeiro. O mote também está no desiderato de perpetuação no poder, decorrente da angariação de vastos fundos ao partido político, para financiar projetos que garantiriam posição privilegiada seja no Poder Executivo ou no Legislativo. Com acerto a Corte de origem ao afirmar que as ações praticadas colocam em xeque a *“própria estabilidade democrática em razão de um sistema eleitoral severamente comprometido”* (e-STJ fl. 73.061).

As circunstâncias em que cometido o delito também devem ser sopesadas em desfavor do réu. Não há dúvida que a sofisticação do meio empregado e a duração da empreitada criminosa são anormais ao tipo. Como consignou a Corte de origem, *“o sofisticado esquema de fraude a licitações da*

## *Superior Tribunal de Justiça*

*Petrobrás, perpetrados por empresas que agiam de modo cartelizado, escolhendo obras em detrimento do processo licitatório, na forma de 'clube', com o pagamento de propinas a vários diretores e gerentes da estatal petrolífera, além de recursos carreados a partidos políticos e agentes políticos" (e-STJ 73.061). Tais elementos são idôneos à majoração da reprimenda no que toca ao vetor em análise.*

As consequências do delito também devem pesar negativamente. Com efeito, trata-se de crime que envolveu uma quantia exorbitante, de dezesseis milhões, em prejuízo à PETROBRAS. Tal valor justifica a negativação da vetorial e consequente acréscimo de pena na fase do artigo 59 do Código Penal.

A propósito:

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. OFENSA. INEXISTÊNCIA. PENAL. EVASÃO DE DIVISAS. ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 7.492/1986. CRIAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DIVISAS NO EXTERIOR. VERIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. NEGATIVAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CRIME CONTINUADO. BIS IN IDEM. AUSÊNCIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. APLICAÇÃO. DESCABIMENTO.*

*[...]*

*4. O elevado montante das divisas objeto da evasão, cerca de R\$ 1.609.207,77 (um milhão, seiscentos e nove mil, duzentos e sete reais e setenta e sete centavos), em valores de 1997, justifica o desvalor atribuído às consequências do crime, não se podendo dizer que seria elemento ínsito ao tipo penal.*

*[...] (REsp 1511068/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/06/2015, DJe 29/06/2015)*

Embora reconhecidas as vetoriais negativas, a pena fixada na fase do artigo 59 do Código Penal merece reparo.

O Magistrado de primeiro grau havia fixado a pena-base do crime de corrupção passiva em 5 (cinco) anos de reclusão, ou seja, majorando em 3 (três) anos além do mínimo legalmente previsto, que é de 2 (dois) anos.

A Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, contudo, exasperou tal reprimenda muito mais, aumentando a basilar para **7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão**, ou seja, elevando-a em 375% (trezentos e setenta e cinco por cento), totalizando quase o quádruplo da pena mínima cominada.

## *Superior Tribunal de Justiça*

Para justificar o quantum da reprimenda, ressaltou o Relator que "se, até o presente julgamento, para praticamente nenhum dos condenados a pena foi fixada sequer em seu grau médio (no caso, 7 anos), tenho que no presente caso esse limite deve ser no mínimo atingido" (e-STJ fl. 73.061).

Ora, sabe-se que o processo de individualização da pena é o momento para que o juízo avenge todas as circunstâncias, causas e efeitos do ato criminoso e das condições pessoais de seu autor, para que a repreensão pelo delito praticado seja justa à conduta exercida.

Trata-se de árdua tarefa atribuída ao magistrado da causa, que, há muito, é notada e ressaltada pela doutrina especializada, como, *v. g.*, fê-lo o saudoso professor Aníbal Bruno, em sua memorável obra intitulada "Das Penas", quando, logo ao abrir o trabalho, antecipou distinta inquietação provocada pelo tema, asseverando que "*a pena é o mais complexo e tormentoso problema que o Direito Penal nos pode oferecer*" (Das Penas. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976, p. 9).

Mais adiante, ao abordar pontualmente o trabalho técnico-jurídico de aplicação da pena, salientando, mais uma vez, a penosa missão do juiz de determiná-la em quantidade apropriada ao caso concreto, o ilustre professor assentou a seguinte lição:

*"O que se tem de julgar é o fato produzido pelo agente – propriamente o fato e o agente, não a abstração definida na lei.*

*E é a própria lei que orienta o julgador no sentido de extrair o crime real, com seu significado jurídico-social e humano, do acontecer realizado pelo réu.*

*[...]*

*O próprio Direito impõe um limite a esse arbítrio, fixando para o juiz o dever de fundamentar a sua sentença (art. 42 do Código Penal), exigência continuamente apoiada pela nossa melhor jurisprudência. Se a pena é fixada acima do mínimo, a ausência de justificação invalida a sentença" (Op. cit., p. 93)*

Fixadas essas premissas, torna-se evidente a inadequação dos fundamentos apresentados pelo Tribunal *a quo* para justificar o incremento penal

para o agravante, máxime porque, quando o fixou, tomou por base tão somente as reprimendas cominadas a outros réus condenados.

Não se pode agravar a pena do agente pelo fato de que a outros acusados, em processos distintos, foi fixada esta ou aquela reprimenda. Pouco importa se, em relação a outras pessoas, a pena for superior ou inferior a 7 (sete) anos. O que se está a julgar é a adequação da pena-base do recorrente e, assim, esta fixação não pode ser influenciada com base em elementos externos, principalmente na situação de outros envolvidos.

Sobre o assunto, Guilherme de Souza Nucci leciona que *"mensurar a pena-base, de maneira particularizada, a cada acusado, é a meta fundamental do magistrado, na sentença condenatória"*, mecanismo que deve *"erguer-se em bases sólidas e lógicas, buscando a harmonia do sistema, mas sem implicar em singelos cálculos matemáticos"*, não se tratando de *"mera soma de pontos ou frações, como se cada elemento fosse rígido e inflexível"* (Código Penal Comentado. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 491).

O mencionado autor prossegue, explicando que *"há de se adotar um sistema de pesos, redundando em pontos para o fim de nortear o juiz na escolha do montante da pena-base"*, e, *"baseando-se nos pesos dos elementos do art. 59 do Código Penal, deve o julgador pender para maior quantidade de pena ou seguir para a fixação próxima ao mínimo"* (Op. cit., p. 491).

Desse modo, e em observância ao dever de motivação previsto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, a autoridade judicial deve fundamentar concretamente o aumento da sanção, observando, para tanto, **os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da necessidade de suficiência à reprovação e à prevenção do crime, considerando as suas especificidades e as condições pessoais do agente.**

A propósito, ensina Cezar Roberto Bittencourt que *"a individualização da pena - uma conquista do Iluminismo - ganhou assento constitucional (arts. 5º, XLVI, da CF), assegurando uma das chamadas garantias criminais repressivas, e, como tal, exige absoluta e completa fundamentação judicial"* (Tratado de Direito



Penal, Parte Geral, 24ª ed., Saraiva, 2018, p. 834).

Portanto, com base nas premissas acima alinhavadas, imprescindível se torna o redimensionamento da reprimenda, o que se passa a realizar na sequência.

Consideradas a expressão e a substância dos fundamentos destacados pela instância ordinária para reprovar as quatro circunstâncias judiciais valoradas negativamente – culpabilidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime – para o crime de corrupção passiva, tem-se como adequado e suficiente, no caso concreto, a exasperação de 9 (nove) meses para cada vetorial, perfazendo, assim, a pena-base de 5 (cinco) anos de reclusão.

No segundo estágio dosimétrico, reconhecida a incidência da circunstância atenuante disposta no art. 65, I, do Código Penal, dado o fato do réu, à época da sentença, contar com mais de 70 (setenta) anos de idade, há de ser mantida a redução determinada pelo Tribunal de origem, na proporção de 1/6 (um sexto), tendo em conta a preclusão formada a partir da ausência de irresignação recursal das partes – defesa e acusação – quanto ao tema. Assim, operado o pertinente cálculo, obtém-se a pena provisória de 4 (quatro) anos e 2 (dois) meses de reclusão, haja vista a inexistência de outras circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas nesta fase da dosimetria penal.

Finalmente, imperioso fazer incidir à hipótese a causa de aumento do §1º do art. 317 do CP, na razão de 1/3 (um terço), como realizado pela instância ordinária, o que resultará a reprimenda de 5 (cinco) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, **a qual passa a ser definitiva** para o crime de corrupção passiva, uma vez que ausentes outras causas de diminuição ou aumento de pena.

Do mesmo modo, verifica-se a necessidade de revisão da pena cominada ao crime de lavagem de capitais, para ajustá-la à gravidade concreta da infração penal, sem perder de vista a variação das penas abstratamente previstas no preceito secundário do tipo penal violado.

Apesar de justificada a negatização da culpabilidade do agente, o desvalor atribuído às vetoriais circunstâncias e consequências do crime envolveu

ora aspectos ínsitos ao próprio tipo penal violado ora elementos vagos ou genéricos, que não se fazem suficientes para amparar a elevação da reprimenda no primeiro estágio dosimétrico.

É o que se extrai do voto condutor do julgado recorrido, confira-se:

*4.1.3. Para o crime de lavagem de dinheiro, a Lei n° 9.613/98 estabelece pena que varia entre 3 (três) e 10 (dez) anos de reclusão e multa.*

*Reporto-me aqui, no que coincidente, aos fundamentos para a majoração da pena-base para o crime de corrupção. Postula o Ministério Público Federal a majoração da pena-base pela negativação das circunstâncias e consequências. Dentre as razões, porque os envolvidos se utilizaram de vários estratagemas para branqueamento, em um esquema de lavagem que perdurou por anos.*

*O juízo de primeiro grau já considerou a elevada culpabilidade do réu, no que não merece reparos a sentença pelos fundamentos lá expressos.*

*De fato, trata-se, o réu, de ex-Presidente da República que recebeu valores em decorrência da função que exercia e do esquema de corrupção que se instaurou durante o exercício do mandato, com o qual se tornara tolerante e beneficiário. É de lembrar que a eleição de um mandatário, em particular o Presidente da República, traz consigo a esperança de uma população em um melhor projeto de vida.*

*Portanto, merece provimento o recurso ministerial para considerar como negativas, além da culpabilidade, as circunstâncias e as consequências do delito, majorando a pena-base para 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão.*

Com efeito, a valoração negativa da culpabilidade encontra sustentação em motivos idôneos, à medida em que a relevância do cargo ocupado pelo agravante induz maior grau de reprovabilidade à conduta, voltada ao branqueamento do dinheiro obtido mediante a prática do crime de corrupção passiva no contexto das atividades próprias da Presidência da República.

Por outro lado, no que se refere às circunstâncias do crime, inevitável observar que os mecanismos referidos pelo Tribunal de origem para negativá-las soam inerentes ao crime de lavagem de capitais, para os quais o mote principal do agente ativo sempre será o intuito de ocultar a origem e propriedade dos recursos

auferidos com a prática de infrações penais precedentes.

Já com relação às consequências do delito, inevitável observar que nenhum motivo concreto foi apresentado para justificar a reprovação dessa circunstância judicial.

Por essas razões, mais do que desproporcional, o aumento imposto ao primeiro estágio da dosimetria penal, para o crime de lavagem de dinheiro, mostra-se imotivado.

O intervalo do preceito secundário do artigo 1º da Lei n. 9.613/1998 é de **3 a 10 anos de reclusão**, razão pela qual a presença de apenas uma vetorial negativa não justifica manter o acréscimo da pena em **1 (um) ano e 6 (seis) meses**.

Nesse particular, devidamente contemplado o elevado grau do juízo de desvalor demandado pela única circunstância judicial efetivamente reprovada – culpabilidade do agente –, conclui-se pela adequação do restabelecimento da pena-base estabelecida ainda no primeiro grau de jurisdição, isto é, de 4 (quatro) anos de reclusão.

Na segunda fase da dosimetria, assim como realizado para o crime de corrupção passiva, imperioso aplicar a atenuante do art. 65, I, do CP, também na proporção de 1/6 (um sexto), o que conduz à pena provisória de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, **a qual se tem como definitiva**, pois, para o crime do art. 1º da Lei 9.613/1998, não ocorrem outras circunstâncias atenuantes ou agravantes nem causas de diminuição ou aumento de pena.

E considerando que os ilícitos foram praticados em concurso material, as sanções corporais impostas ao recorrente, somadas, totalizam **8 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**.

### **13.2. PENA DE MULTA.**

Quanto à pena de multa, o Tribunal *a quo*, considerando as condições econômicas do réu, que apenas no ano de 2016 declarou ter recebido cerca de R\$ 952.814,00 (novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e catorze reais) em lucros e dividendos da LILS Palestras, fixou a sanção pecuniária para o crime de corrupção passiva em 230 (duzentos e trinta) dias-multa e, no tocante à lavagem de dinheiro,

em 50 (cinquenta) dias-multa, proporcionalmente às penas reclusivas, que foram estabelecidas acima do mínimo legal, "*ao valor unitário de cinco salários mínimos, vigentes ao tempo do último ato criminoso (06/2014), como o fez o magistrado singular, atendendo ao disposto no art. 60 do Código Penal*" (e-STJ fls. 73.063/73.064).

Contudo, levando-se em consideração a redução impressa à pena privativa de liberdade cominada ao réu, no caso concreto, surge a necessidade de readequação das penas de multa para, seguindo a mesma lógica observada pela instância ordinária, ajustá-las aos princípios da proporcionalidade e da suficiente reprovação e prevenção do fato delitivo. Para tanto, necessário ressaltar que no cálculo respectivo serão considerados os aspectos individualizados da dosimetria penal já concretizada, em especial o grau de reprovação sobre cada vetorial valorada negativamente, a circunstância atenuante reconhecida e aplicada e, quando couber, a causa de aumento de pena incidente à hipótese. Também deverá receber o merecido destaque a condição econômica do réu, conforme ficou delineada pelo Tribunal de origem no acórdão recorrido.

Com relação ao crime de corrupção passiva, inevitável observar, em primeiro plano, o juízo de desvalor lançado sobre quatro das oito circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, o qual expressa com precisão singular a gravidade concreta do fato delitivo. Incide, ao caso, como já frisado alhures, a circunstância atenuante do art. 65, I, do CP, mas, por outro lado, a causa de aumento do §1º do art. 317 do mesmo diploma legal.

Consideradas todas essas particularidades e, ainda, o *quantum* de pena corporal fixado definitivamente para a infração penal ora em destaque, próximo do termo médio previsto no preceito secundário do tipo penal violado, considera-se justo e adequado fixar a pena pecuniária no patamar de 135 (cento e trinta e cinco) dias-multa.

Por sua vez, para o delito de lavagem de capitais, tendo-se em conta os critérios já mencionados – bem como a ligeira distinção, em termos penais-dosimétricos, ao crime de corrupção passiva –, conclui-se, do mesmo modo, que a expressão econômica da multa deve ser reduzida para 40 (quarenta)

dias-multa, que melhor se amolda ao caso concreto.

Por fim, no tocante ao valor de cada dia-multa, estabelecido por ambas as instâncias ordinárias em 5 (cinco) salários mínimos vigentes à época do último ato delitivo praticado pelo réu (junho/2014), tem-se que a respectiva base de fundamentação foi construída a partir de sólida análise da situação econômica do réu, o que, além de refletir convicção formada pelo exame de elementos fático-probatórios extraídos dos autos, coaduna-se com o critério legal do art. 60, *caput*, do CP. Por esses motivos e, também, por conta do óbice enunciado pela Súmula 7/STJ, afigura-se inevitável preservá-lo inalterado.

Nesses termos, observada a regra disposta no art. 69 do CP, soma-se as penas pecuniárias para se alcançar, então, o total de 175 (cento e setenta e cinco) dias-multa, ao fator de 5 (cinco) salários mínimos vigentes à época do último ato delitivo praticado pelo réu (junho/2014).

#### **14. PRESCRIÇÃO - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 115 DO CÓDIGO PENAL.**

Quanto à violação do artigo 115 do Código Penal, o recorrente entende que o acórdão impugnado afastou a extinção da punibilidade do acusado com base em retóricas, alegando que os fatos teriam sido praticados em 2009, ocasião em que a OAS, ao assumir as obras do Condomínio Solaris, teria reservado, de forma espúria, o apartamento em favor do recorrente.

A Corte de apelação, entretanto, destacou que o marco para o cômputo da prescrição não deve ser a data de assinatura de cada um dos contratos, mas naquele momento em que o réu teria perdido a capacidade de nomear ou de manter agentes públicos que cumpriam os objetivos criminosos (e-STJ fl. 73.074), que ocorreu até o final de 2014, momento coincidente com a finalização das reformas do triplex (e-SJ fl. 73.075).

Destacou, ainda, que, em relação à lavagem de dinheiro, *“a questão é mais singela”*, visto que *“a solução jurídica para o pagamento da diferença de preço somente começou a tomar forma em 2013 e em meados de 2014, quando João Vaccari Neto autorizou a compensação”* (e-STJ fl. 73.077).

Das passagens acima reproduzidas, infere-se que as razões recursais

estão dissociadas dos fundamentos apresentados pelo Tribunal de origem para rechaçar a ocorrência da prescrição, valendo destacar que a defesa se limitou a afirmar que a corrupção passiva se consumou nos anos de 2003 e 2004, tese que nem sequer foi alvo de deliberação no aresto objurgado, e que a lavagem de dinheiro teria ocorrido em 28.10.2009, sendo patente, portanto, a deficiência nas razões do apelo nobre, o que atrai a incidência do óbice contido no verbete 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, ao não impugnar todos os motivos aduzidos pela instância de origem para afastar a prescrição da pretensão punitiva estatal, o recorrente deu ensejo à aplicação analógica do enunciado 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

**15. REPARAÇÃO MÍNIMA DOS DANOS - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 387, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

De acordo com as razões recursais, o acórdão impugnado manteve o valor devido a título de reparação dos danos em R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) com base exclusivamente na palavra do corréu delator JOSÉ ADELMÁRIO, sem que fosse realizada qualquer prova pericial para comprová-la.

Na espécie, não há evidências de que o recorrente tenha se beneficiado com a totalidade dos recursos desviados, ficando comprovado apenas que recebeu um apartamento triplex, com reformas e mobiliário, totalizando **R\$ 2.424.991,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e um reais)**, valor que, conseqüentemente, deve ser fixado a título de mínimo indenizatório.

Portanto, ainda que o ato de ofício praticado pelo réu, consistente na manutenção dos diretores da PETROBRAS, possa ter acarretado o prejuízo de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), esta quantia, por não se destinar especificamente ao réu, mas ao Partido dos Trabalhadores, e não corresponder à conduta que lhe foi atribuída no processo, não pode ser por ele integralmente arcada a título de indenização mínima pelos danos causados.

Em arremate, vale frisar que, apesar de o valor de **R\$ 2.424.991,00**

**(dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e um reais)** haver sido calculado com base na vantagem indevida comprovadamente recebida pelo acusado, com ela não se confunde, razão pela qual o confisco do apartamento triplex como produto do crime não repercute no cálculo da indenização.

**16. INVASÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO - VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 33, § 4º, DO CÓDIGO PENAL, 66, INCISO III, DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS E 7º, ITEM 7, DA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.**

Segundo as razões recursais, o acórdão impugnado, ao manter o condicionamento da progressão de regime à reparação dos danos, invadiu a competência do Juízo das Execuções Penais, tratando-se de determinação que, na prática, significa que o recorrente poderá ser mantido preso por suposta dívida civil.

A tese da defesa não pode prevalecer. Ora, a simples reprodução do conteúdo do § 4º do artigo 33 do Código Penal no édito repressivo e no acórdão impugnado não invade a competência do Juízo da execução, já que, tal como frisado pela Corte de origem, "*a exigência legal de reparação do dano para fins de progressão de regime independe de determinação expressa na sentença condenatória*" (e-STJ fl. 73.072), razão pela qual a sua menção expressa não pode ser acoimada de ilegal.

Com efeito, no momento oportuno caberá ao Juízo da Execução decidir sobre o cumprimento ou não dos requisitos necessários à progressão de regime, exatamente como ressaltado pela Corte de origem, que sublinhou que "*competirá ao juízo da execução aferir a satisfação indenizatória como condição à progressão, podendo ele verificar, inclusive, se o sentenciado possui efetiva capacidade patrimonial de ressarcir o erário público*", além do "*exame de outras matérias que lhe são íntimas, como o parcelamento, a substituição por garantias reais ou fidejussórias, a exemplo do que já ocorre nas prestações pecuniárias substitutivas*" (e-STJ fl. 73.073).

Em arremate, é necessário registrar que o Supremo Tribunal Federal já declarou a constitucionalidade do § 4º do artigo 33 do Código Penal, não havendo que se falar, assim, em indevida prisão por dívida civil, até mesmo porque o não pagamento da quantia, quando devidamente justificado, não obstaculiza a

progressão, o que só ocorre quando não há inadimplemento deliberado, tal como já decidido na EP 12 ProgReg-AgR, Relator Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 8/4/2015.

#### **17. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 283 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

O recorrente sustenta que a execução açodada da pena que lhe foi cominada contraria o artigo 283 do Código de Processo Penal, não obstante as recentes decisões judiciais em sentido contrário.

Como se sabe, a legalidade do cumprimento antecipado da sanção imposta ao réu já foi analisada tanto por esta Corte Superior de Justiça, no julgamento do HC n. 434.766/PR, quanto pelo Supremo Tribunal Federal, quando do exame do HC n. 152.752/PR.

Nesse julgamento, o Pretório Excelso salientou que "*o implemento da execução provisória da pena atua como desdobramento natural da perfectibilização da condenação sedimentada na seara das instâncias ordinárias e do cabimento, em tese, tão somente de recursos despidos de automática eficácia suspensiva, sendo que, assim como ocorre na deflagração da execução definitiva, não se exige motivação particularizada ou de índole cautelar*" (HC n.152.752, Relator Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 4/4/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-127 DIVULG 26-06-2018 PUBLIC 27-06-2018).

Assim, tratando-se de matéria já julgada pelos Tribunais Superiores, notadamente pelo Pretório Excelso, cujas decisões não podem ser revistas por esta Corte, observa-se que neste reclamo tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato ou argumento capazes de dar ensejo a nova análise do pleito em apreço, o que revela a inadmissibilidade da insurgência, no ponto.

#### **18. CONCLUSÃO.**

Ante o exposto, **dou parcial provimento** ao agravo regimental para reduzir a pena privativa de liberdade cominada ao recorrente para **8 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**, além da pena de multa, fixando-a em



*Superior Tribunal de Justiça*

**175 (cento e setenta e cinco) dias-multa**, ao fator de 5 (cinco) salários mínimos vigentes à época do último ato delitivo praticado pelo réu (junho/2014), e o valor mínimo indenizatório, o qual fica estabelecido em **R\$ 2.424.991,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e um reais)**, mantidos os demais critérios estabelecidos pela instância ordinária.

É como voto.